

Gerardo Magela



Renan e Paim recebem de representantes de movimentos pró-igualdade abaixo-assinado em favor de projetos que tramitam na Câmara

Movimentos cobram aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de proposta que fixa cotas em instituições de ensino superior foi pedida por representantes de movimentos defensores da igual-

dade. Eles participaram de audiência no Senado e entregaram ao presidente da Casa, Renan Calheiros, abaixo-assinado em favor dos projetos, que tramitam na Câmara. **Página 6**

Governo busca solução para secretaria extinta

Jucá diz que presidente Lula o incumbiu, juntamente com Mares Guia, de sanar problemas com a base de apoio ao governo no Senado

O líder do governo, Romero Jucá, anunciou ontem que o Executivo tem “várias opções” administrativas para contornar a extinção da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, causada pela decisão do Senado de rejeitar a medida provisória (MP) que a criava. Jucá observou

que a queda da MP teve um efeito colateral: prejudicou também a Sudam e a Sudene, que se beneficiavam da criação de 626 cargos prevista na medida. Mas a preocupação maior de Jucá é resolver os problemas com a base aliada no Senado, especialmente com o PMDB. **Página 3**

Anistiados acusam órgãos de dificultarem a reintegração

Participantes de audiência pública no Senado acusaram órgãos da administração federal de des-

cumprirem determinação do presidente Lula para reintegrar demitidos no governo Collor. **Página 6**



Em audiência no Senado, servidores anistiados denunciam obstáculos ao retorno

Célio Azevedo

Maciel quer novas regras para exame de autoridades

O exame das mensagens de indicação de autoridades para cargos públicos pode ficar mais rigoroso na Comissão de Justiça. O presidente do colegiado, Marco Maciel, está recolhendo subsídios para instituir novas regras de análise dessas proposições. **Página 7**



J. Freitas



Maranhão (entre Cláudio Vignatti e José Pimentel) em Belo Horizonte

Debate regional melhora Orçamento, diz Maranhão

Presidente da Comissão Mista de Orçamento, José Maranhão afirma que, com a discussão nos estados, parlamentares têm conhecimento mais profundo da realidade social, econômica e política do país. **Página 5**

Mais segurança para o grupo de fiscalização móvel e acordo para votação da proposta que expropria área onde se comprovar trabalho escravo foram tema de reunião com ministro

Senadores negociam fim da paralisação de fiscais do trabalho

A retomada imediata dos trabalhos do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), paralisados desde o dia 21 deste mês, levou o presidente da Subcomissão do Trabalho Escravo do Senado, José Nery (PSOL-PA), e mais cinco senadores – Fátima Cleide (PT-RO), Sibá Machado (PT-AC), João Pedro (PT-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Serys Slhessarenko (PT-MT) – a um encontro ontem com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e outras autoridades ligadas à área.

Segundo José Nery, a reunião foi bastante positiva, principalmente porque, além de discutirem medidas que garantam mais segurança aos fiscais, os participantes do encontro firmaram um acordo para viabilizar a realização, no Congresso, de uma campanha para a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que expropria toda e qualquer área em que for encontrado trabalho escravo.

– Além disso, nós, da Subcomissão do Trabalho Escravo, vamos intensificar a visita aos estados onde houver denúncias de trabalho escravo. Vamos fazer um combate na origem do problema – explicou José Nery.

O grupo de fiscalização decidiu paralisar suas atividades em todo o país depois que uma comissão externa de senadores visitou, no último dia 20, a fazenda e produtora de álcool Pagrisa, no Pará,



Ministro do Trabalho, Carlos Lupi (C), recebe parlamentares e autoridades ligadas à área

e constatou não existir trabalho escravo no local. O anúncio contrariou um relatório de cerca de 5 mil páginas, elaborado pelos fiscais, que apontaram uma série de irregularidades trabalhistas que vinham, de acordo com eles, sendo praticadas contra os 1.064 empregados da fazenda.

Para a senadora Serys, a ação do grupo de fiscalização é fundamental para defender o interesse dos trabalhadores brasileiros.

Garantias

Em entrevista à imprensa logo após a reunião, o ministro Carlos Lupi destacou que, para que o grupo de fiscalização volte à ativa, com um trabalho permanente e mais reconhecido, algumas ações são necessárias. A garantia de vida para que esses profissionais possam continuar fiscalizando as denúncias de desrespeito à legislação trabalhista e a aprovação, no Congresso, da PEC 438/01 estão entre as principais reivindicações da categoria, segundo Lupi.

Já na opinião do presidente da

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Cláudio Montesso, a reunião foi importante não só para garantir a volta dos fiscais ao trabalho, mas também para definir ações importantes que tenham por objetivo combater o trabalho escravo no Brasil.

– O combate ao trabalho escravo é uma ação de Estado que precisa ser intensificada e que passa pela necessidade de se criar, no país, uma cultura de que esse mal tem de ser combatido por todos – ressaltou Cláudio Montesso.

Solidariedade

Em Plenário, José Nery registrou a visita ao ministro do Trabalho. A comissão de parlamentares incluiu, além dos senadores, os deputados petistas Paulo Rocha (PA), Luiz Couto (PB) e Eduardo Valverde (RO). Ele manifestou ainda solidariedade ao cientista político Leonardo Sakamoto, dirigente da ONG Repórter Brasil, responsável por denúncias sobre trabalho escravo no país.

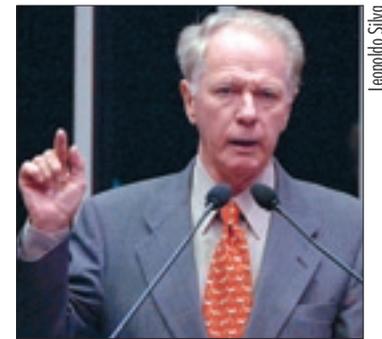
Gerson Camata quer apressar o fim das votações secretas no Congresso

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), visando apressar o fim das votações secretas no Congresso, sobretudo nos casos de votação de perda de mandato de parlamentar, sugeriu aos líderes partidários do Senado que intercedam junto às lideranças da Câmara para que seja colocada em votação a proposta de emenda à Constituição (PEC 349/01) que acaba com o voto secreto nos Legislativos federal, estadual e municipal. A matéria foi aprovada em primeiro turno em setembro do ano passado, mas depende de segundo turno de votação na Câmara, antes de ser encaminhada ao Senado.

Outra forma de apressar a extinção do voto secreto, completou o parlamentar, seria acelerar a tramitação das duas propostas que estão em tramitação no Senado: as PECs 38/04 e 50/06.

Castração química

Motivado pela defesa que o presidente da França, Nicolas



Leopoldo Silva

Camata: três propostas de emenda constitucional estão em tramitação

Sarkozy, fez, em agosto passado, da castração química para pedófilos, Gerson Camata apresentou projeto estabelecendo esse tipo de punição para pedófilos reincidentes (PLS 552/07). O senador explicou que esse tipo de castração, realizada por uma injeção muscular ou aplicada nos testículos, provoca a perda da libido e inibe a prática do crime. A matéria está aguardando designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Programa aborda o plantio da cana

A Rádio Senado vai apresentar hoje, às 20h, a reportagem especial *O Amargo da Cana – a Dura Rotina da Lida nos Canaviais*. O programa traz os depoimentos de plantadores, técnicos e representantes dos usineiros e do governo, que, por meio de seus relatos, mostram o quanto a cana é um produto importante para a economia do país. Reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Sessão não-deliberativa

Os senadores reúnem-se hoje, a partir das 9h, em sessão não-deliberativa. O encontro é destinado a debates entre os parlamentares, a comunicados das lideranças e da Mesa diretora e à apresentação e leitura de propostas.

Holocausto em exposição

Último dia da exposição – promovida pela embaixada da Ucrânia em parceria com o Senado Federal – de gravuras dedicadas ao Holocausto. A exposição ocorre na Biblioteca do Senado, das 9h às 14h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes, Tião Viana, Efraim Morais, Gilvam Borges e Paulo Paim

Com rejeição de secretaria, governo tem um problema administrativo, representado pela extinção de 626 cargos, e outro político, com a desunião da base aliada

Jucá diz que Lula o incumbiu de eliminar atrito na base governista

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse na tarde de ontem que o presidente Lula o incumbiu, juntamente com o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, de sanar os problemas com a base do governo no Senado, especialmente com o PMDB, principal responsável pela rejeição da Medida Provisória 377/07 na noite de quarta-feira.

De acordo com Jucá, o governo “tem várias opções” administrativas para contornar a extinção da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, ocupada até quarta pelo filósofo Roberto Mangabeira Unger, e o fim de 626 cargos criados pela MP. O líder do governo observou que a extinção de cargos está prejudicando também a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a do Nordeste (Sudene).

Durante encontro com Lula pela manhã, o senador disse considerar “legítima, mas exagerada” a reação do seu partido às nomeações que o governo fez em estatais para contemplar o PT.

– Esse descontentamento pode-



Célio Azevedo

Jucá afirma que o governo tem opções administrativas para contornar extinção

ria ser expresso de outra forma, já que fazemos parte de um governo de coalizão – lamentou, lembrando que senadores de outros partidos da base de apoio ao governo, como do PDT, votaram também pela rejeição da MP.

Para Jucá, a derrota do governo não teve nada a ver com a crise em torno do presidente do Senado, Renan Calheiros. Essa é igualmente a opinião do senador Renato Casagrande (ES), integrante do PSB, partido da base governista.

– Renan é responsável pela crise do Senado. No que se refere ao PMDB, a presença dele contribui

apenas para energizar as relações entre a bancada do partido e o governo – analisou Casagrande, um dos relatores que pediram a perda do mandato do senador por Alagoas no processo votado pelo Plenário no dia 12.

Mas Casagrande chamou a atenção para os riscos de piora nas relações entre o governo e o PMDB, com reflexo nas votações, caso o partido decida usar o mandato de Renan Calheiros como item de negociação.

Lembrando pertencer à base governista, mas que não precisa “concordar com tudo”, Casagrande cobrou do governo mais “eficiência e método” na condução de suas relações com os partidos.

– O governo está refém de sua própria falta de planejamento – resumiu.

Tião Viana (PT-AC) atribuiu o episódio da MP 377 ao modo como tradicionalmente “o PMDB velho de guerra” busca espaço dentro do governo. Para ele, a aprovação da prorrogação da CPMF no Senado deverá ser difícil por outras razões que não os atritos entre o governo e os peemedebistas.

Renan: “A decisão do PMDB não tem vínculo com a minha questão”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez questão de afirmar na manhã de ontem que não tem nada a ver com a crise por ele enfrentada a decisão do PMDB de derrubar na sessão plenária de quarta-feira a medida provisória do governo que criou a estrutura da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo.

– Isso foi uma sinalização do PMDB para que o governo não abandone o senhor? – perguntou um jornalista.

– Não. Eu queria definitivamente dizer que essa questão do PMDB de ontem não tem nenhuma conexão com a minha questão. Muito pelo contrário. O PMDB fez uma reunião com todos os senadores, discutiram questões do partido, da bancada do partido, não tem absolutamente nada a ver comigo – garantiu.

– O PMDB está insatisfeito com o governo? – perguntaram-lhe.

– Não sou eu quem fala pelo PMDB. Eu sou presidente do Se-

nado, não sou líder do PMDB, não sou porta-voz do governo nem líder da oposição. Os 12 senadores que votaram daquela maneira quiseram dar um balizamento com relação a alguma questão. Mas isso é uma questão da bancada do PMDB. Eu, Sarney [AP], Roseana [MA], Romero Jucá fomos informados de última hora, quando a decisão já estava tomada pela bancada – explicou.

O presidente do Senado afirmou que tem ajudado como pode o governo, a governabilidade e o país. Disse que continuará ajudando e que, se o PMDB quis dar ao presidente Lula sinais de insatisfação com alguma coisa, ele desconhece essa circunstância. Em sua opinião, assim como não lhe cabia fazer nada, ao líder Valdir Raupp (PMDB-RO) cabia seguir a orientação majoritária da sua bancada.

Quando os jornalistas perguntaram a Renan sobre a prorrogação da CPMF, ele disse que essa é uma medida de interesse do Brasil e que



José Cruz

Renan diz desconhecer insatisfação de seu partido em relação ao governo

“só uma pessoa sem juízo desconheceria sua importância”.

– Você pode aprimorar a CPMF, acenar no sentido de baixar a alíquota no futuro, rever o compartilhamento com estados e municípios. Você não pode é deixar de votar a CPMF. Votar contra a CPMF significa acabar com o Bolsa Família, significa acabar com a estabilidade, que gera empregos e inclusão social – destacou.

Renan Calheiros também observou que não vê dificuldade de a matéria ser aprovada no Senado, pois considera que há na Casa o entendimento de encarar de forma suprapartidária tudo que é de interesse do Brasil.

Heráclito afirma que governistas gostaram da derrota de Mangabeira

Heráclito Fortes (DEM-PI) comentou em discurso que os senadores da base do governo, incluindo o PT, “fizeram uma confraternização” quando foi derrotada, na noite de quarta-feira, a medida provisória que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República.

Heráclito afirmou não ter visto senadores governistas “entrando em desespero” com a derrota, “como costuma ocorrer” quando o governo perde alguma votação no Senado. Ele lembrou que o PT nunca aceitou a indicação de Mangabeira Unger para a secretaria por suas acusações, no passado, de que o governo petista seria “o mais corrupto” da história do Brasil.

O senador opinou que a sessão de quarta-feira “foi histórica” não apenas porque o governo foi derrotado na medida provisória, mas também porque foi aprovada a resolução que determina sessões abertas nas votações de perda de mandato.

Para ele, foi importante que o Senado tenha concordado com Osmar Dias (PDT-PR), que protestou contra o projeto que trata dos estagiários, pois o texto do Executivo é igual a um que ele apresentou há



Leopoldo Silva

Segundo Heráclito, petistas nunca aceitaram indicação do sociólogo

cinco anos. A liderança do governo acabou por retirar a urgência do projeto e ele não foi votado.

Heráclito observou que não é de hoje que o governo se apropria de idéias de deputados e senadores. Lembrou que projetos de parlamentares ficam parados anos a fio e, repentinamente, o Executivo considera seu conteúdo importante e apresenta proposta de igual teor.

– Espero que o governo tenha aprendido a lição – disse, lembrando que o Executivo recusou emenda de sua autoria ao projeto que criou a Timemania (destinando recursos às santas casas de misericórdia) mas depois, na regulamentação, propôs exatamente o que rejeitara meses antes.

Mão Santa aplaude o Senado por rejeitar a nova secretaria

O senador Mão Santa (PMDB-PI) aplaudiu o Senado pela derrubada da medida provisória que criou a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo e mais de 600 cargos de confiança para compor a estrutura da secretaria e de outros órgãos do governo federal. Ele conclamou os senadores a derrubarem também a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– O brasileiro já paga impostos em tudo que consome, até no sabonete, que os pobres consomem sem precisar usar cheque. Mas quantos cheques foram passados até a compra de um simples sabonete e quanto se pagou de CPMF por isso? – indagou o senador.

Mão Santa sugeriu ainda que o presidente Lula utilize uma das duas bibliotecas que estão à sua disposição no Palácio do Planalto e “descubra, lendo, que provisória é diferente de permanente”.

– Se a contribuição é provisória,



Leopoldo Silva

Mão Santa pede que senadores rejeitem também a proposta que prorroga a CPMF

não é permanente como quer o governo de Lula – enfatizou.

Ele registrou ainda o recebimento de dois comunicados das câmaras de vereadores dos municípios de Piratinga (SP) e Jambeira (SP), sobre moções de louvor que recebeu daquelas casas por sua atuação na tribuna.

O senador voltou a criticar a falta de atenção do governo do Piauí com a Universidade Estadual do Piauí (Uespi), informando que 12 cursos foram fechados nos municípios de Floriano e Piripiri.

Senado aprova homenagem a Frei Galvão

Um acordo de lideranças permitiu que o Senado aprovasse na sessão de quarta-feira projeto de lei de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que institui o dia 11 de maio como a data de homenagem a Frei Galvão, o primeiro santo brasileiro. Agora, para virar lei, o PLS 55/07 só depende da assinatura do presidente da República.

Frei Galvão teve a sua santidade reconhecida pelo Vaticano em dezembro de 2006 e foi canonizado pelo papa Bento XVI no dia 11 de maio de 2007, durante a visita do pontífice ao Brasil.

Dornelles destaca 180 anos do *Jornal do Commercio*

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) prestou ontem uma homenagem aos 180 anos do *Jornal do Commercio*, fundado no Rio de Janeiro em 1827 pelo francês Pierre Plancher.

Dornelles lembrou os vários colaboradores que escreveram para o jornal nesse período e citou nomes como os dos escritores Joaquim Manoel de Macedo e Lima Barreto.

O parlamentar também ressaltou a adesão do *Jornal do Commercio* a causas como a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Mão Santa pede campanha por doação de órgãos

Ao comemorar ontem o Dia Nacional do Doador de Órgãos e Tecidos, Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que promova uma campanha nacional de esclarecimento sobre a importância das doações.

O senador também pediu ao ministro ajuda à Central de Transplantes do Piauí, que tem mais de mil pessoas à espera de doadores. Mão Santa, que é médico, lembrou que criou a central em 2000, quando era governador do Piauí, colocando o estado na era dos transplantes.

Líder do PSDB considera contribuição “um imposto ruim e injusto, pois atinge principalmente a camada mais pobre da população”, e promete desmontar “tolices” ditas por ex-ministro

Arthur Virgílio desafia Ciro Gomes para debate sobre CPMF

Ao comentar declaração do ex-ministro Ciro Gomes a respeito da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) o desafiou para debater onde e quando ele quiser. Em entrevista à imprensa, o deputado Ciro Gomes (PSB-CE) afirmou que “o branco não quer pagar imposto”.

– O doutor Ciro Gomes não deveria querer ser o sub-Lula. Ele disse também que o fim da CPMF seria o fim do Bolsa Família. É outra mentira. Ele ataca os brancos num país onde todos são miscigenados. O que é branco para Ciro Gomes? Seria quem é rico? Se quiser debater a CPMF comigo, aceite quando e onde ele quiser para desmontar essas tolices – afirmou.

Virgílio ressaltou que a CPMF



Virgílio: “É mentira a declaração de que fim do imposto seria fim do Bolsa Família”

é um imposto ruim e injusto, pois atinge principalmente a camada mais pobre da população. Segundo ele, não há motivo para mantê-lo, porque, do jeito que está, é uma excrescência. O senador assinalou ainda que os gastos correntes anuais do governo crescem 9% acima do produto interno bru-

to (PIB) e que é possível reduzir a carga tributária.

– O governo precisa aprender a economizar e não gastar tudo o que tem – observou o líder do PSDB.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o pobre paga a CPMF mesmo sem ter uma conta bancária, pois os impostos estão embutidos nos preços dos produtos que consome.

Pugilistas cubanos

Arthur Virgílio também alertou para a situação dos boxeadores deportados pelo governo Lula para Cuba. Com base em matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador disse que os pugilistas estão sendo massacrados pela “ditadura sanguinária” de Cuba e que o isolamento a que foram obrigados é uma espécie de tortura para os atletas.

Cristovam sugere trabalhos intensivos para votar propostas

Ao comemorar a aprovação, na noite de quarta-feira, de projeto de resolução que acaba com as sessões secretas no Senado para julgamento de processos de perda de mandato, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um alerta para a necessidade de mudança na metodologia de trabalho adotada atualmente pela Casa.

Para Cristovam, a disposição demonstrada pelos senadores para atender a uma aspiração da opinião pública deveria se repetir mais vezes durante o ano, chegando pelo menos a um mês de trabalhos intensivos, período no

qual o Parlamento poderia discutir medidas eficazes para resolver os problemas nacionais.

– Será que é impossível a gente conseguir ficar aqui o mês inteiro, de segunda a sexta, e depois ficar uma semana lá nas nossas bases? Será que mudaria a relação com as bases ficar um mês aqui? Será que não dá para fazer um antirecesso, uma, duas ou três vezes por ano? Será que não seria mais eficiente? Acho que sim. Em duas noites aqui, terças e quartas, não dá para a gente fazer o diálogo que é preciso entre nós – disse.

O senador propôs ainda uma



Cristovam: “Duas noites aqui não dá para a gente fazer o diálogo que é preciso”

agenda de trabalho para o Congresso, na qual constasse, entre outros temas de interesse do país, a redução da pobreza, a melhoria do sistema de saúde pública, a eliminação das desigualdades regionais e uma revolução na qualidade da educação no país.

Malta quer proteger crianças que se vendem a turistas

Ontem, quando o Senado realizou sessão especial para promover a participação da mulher no turismo, o senador Magno Malta (PR-ES) alertou para a utilização de meninas pelo turismo sexual no Brasil.

– Não podemos nos esquecer das meninas que se tornam mulheres antes mesmo de largarem as suas bonecas. Precisamos



“Estrangeiros acreditam que o Brasil é um paraíso sexual”, adverte Malta

proteger essas crianças que estão se vendendo para estrangeiros que acreditam que o Brasil é um paraíso sexual – disse.

Na Semana Nacional do Tu-

risimo, Malta conclamou os brasileiros a prestigiarem o Espírito Santo no que se refere aos atrativos naturais, como as praias e montanhas, e aos econômicos, como as jazidas de granito do interior.

Bebidas alcoólicas

O senador citou, ainda, pesquisa divulgada pela revista *IstoÉ* que informa que o país conta, hoje, com cerca de 29 milhões de dependentes do álcool. Malta criticou a idéia predominante no imaginário coletivo que associa o álcool à alegria e ao sucesso.



Efraim quer o perdão das dívidas de pequenos agricultores nordestinos

Efraim alerta para gravidade da seca que atinge Nordeste

Efraim Morais (DEM-PB) afirmou ontem que a atual seca do Nordeste é mais grave do que as autoridades imaginam e anunciou que 143 municípios da Paraíba decretaram estado de emergência na quarta-feira.

Ele apelou ao presidente Lula para que libere verbas destinadas a ajudar os flagelados e lamentou que o prometido auxílio do Ministério da Integração Nacional a municípios piauienses esteja “enchalhado no aparato burocrático da máquina administrativa”.

O senador salientou que a seca vem atingindo várias regiões e que, só no Piauí, há mais de 1 milhão de pessoas afetadas. Observou que a estiagem também já fustiga o Tocantins, o Espírito Santo e Minas Gerais.

Efraim voltou a pedir que o governo Lula perdoe as dívidas dos pequenos agricultores nordestinos, lembrando que foram perdoadas as dívidas de países pobres, como Bolívia, Paraguai, Cabo Verde, Gabão e Moçambique.

– Por que não oferecer o mesmo perdão aos nossos agricultores pobres? – indagou.

Heráclito manifesta apreensão diante da crise em Mianmar

Em nota sobre a situação do Mianmar, o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes (DEM-PI), manifestou apreensão diante da crise naquele país, que já resultou na morte de vários civis e religiosos.

– Causam preocupação os indícios de que a presente crise venha a assumir graves proporções, em decorrência da animosidade política naquela região. De forma veemente, expressei minha oposição a atos de violência e a medidas desproporcionais de represália – afirma Heráclito no comunicado, lido em Plenário pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).



Leopoldo Silva

João Pedro destaca papel estratégico e potencial energético do país vizinho

João Pedro defende Venezuela no Mercosul

A entrada da Venezuela no Mercosul foi defendida por João Pedro (PT-AM). O senador destacou a importância da integração dos países da América do Sul neste bloco econômico e a necessidade de avaliar o papel estratégico da Venezuela pelo seu potencial energético. “Não podemos negar a postura ideológica do presidente Hugo Chávez, mas nem por isso podemos penalizar o povo da Venezuela, que merece participar desse bloco”, afirmou.

João Pedro disse que o Brasil precisa fazer um “reparo histórico” e se voltar para os países ao norte da América do Sul.



Mário Kolumbe

Casagrande lamenta apagão que ocorreu na quarta-feira em seu estado

Casagrande quer ampliar integração da América do Sul

Para Renato Casagrande (PSB-ES), o Senado não pode ficar preso às críticas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Congresso brasileiro e inviabilizar proposta de integração desse país ao Mercosul. Na sua opinião, o ingresso da Venezuela no bloco é importante para ampliar a integração econômica, social e cultural na América do Sul.

O senador também lamentou o apagão ocorrido na quarta-feira no Espírito Santo. Apesar dos investimentos do governo federal no setor, Casagrande reclamou que a empresa Furnas demorou muito para responder às causas do corte de energia.

Presidente da Comissão do Orçamento, José Maranhão diz que realização de seminários nos estados democratiza trabalho do colegiado, que passa a conhecer melhor a realidade do país

“Eventos regionais dão mais qualidade ao Orçamento”

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB), afirmou que os melhores resultados dos seminários regionais que estão sendo realizados em várias capitais brasileiras não são quantitativos, mas qualitativos.

– A comissão fica mais conhecida e seu trabalho fica mais democratizado – ressaltou, logo após a reunião realizada ontem na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A CMO também já realizou seminários em Porto Velho, Belém e Cuiabá. Estão previstos outros em Fortaleza, Salvador, João Pessoa, Florianópolis e Brasília. Maranhão assinalou que, com os debates, os integrantes da comissão terão um conhecimento mais profundo da realidade social, econômica e política nacional, e o Orçamento poderá espelhar melhor a média das necessidades das regiões.



J. Freitas

Vignatti (E), Maranhão e José Pimentel discutem Orçamento em Minas

O senador elogiou as medidas recentemente adotadas pela CMO para melhorar a execução do Orçamento, como a resolução que disciplinou o trabalho dos parlamentares; a divisão do poder do relator-geral com os dez relatores setoriais; a proibição de que parlamentares se reelejam para a comissão; e o lançamento do Portal do Orçamento.

Demandas de Minas Gerais

Da reunião em Belo Horizonte participaram ainda o relator-geral da Lei do Orçamento 2008, deputado José Pimentel (PT-CE),

e o relator do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, deputado Vignatti (PT-SC), além de deputados estaduais e federais por Minas.

Maranhão lembrou que Minas Gerais, embora seja o terceiro estado em participação no produto interno bruto brasileiro (9,5% do PIB), tem um PIB *per capita*

12% menor que a média nacional. Entre as obras prioritárias para Minas no Orçamento, citou a ampliação do metrô de superfície em Belo Horizonte, a modernização da Refinaria Gabriel Passos em Betim e a ampliação do Aeroporto Internacional de Confins. Os parlamentares também ouviram demandas de lideranças institucionais e comunitárias por recursos para o Hospital da Baleia, em Belo Horizonte, e de um melhor aparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar para o combate a incêndios no interior.

Mário Couto condena concessão de áreas da Amazônia

Na opinião de Mário Couto (PSDB-PA), o governo do presidente Lula está “leiloando a Amazônia”. Ele classificou como “inconseqüente” a iniciativa do governo federal de promover, por meio de licitação, a concessão de áreas florestais de até um milhão de hectares na região.

– O governo resolveu vender madeira para fazer caixa, e vai acabar com a Amazônia – acusou.

Em aparte, Pedro Simon

(PMDB-RS) afirmou que votou contra o projeto que originou a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06). Já Tião Viana (PT-AC) explicou que a concessão atingirá apenas 3% das áreas florestais da Amazônia.

Mário Couto apontou ainda que a corrupção consome anualmente US\$ 3,5 bilhões de dólares no Brasil, e que o atual governo é o que mais registra casos de corrupção nos últimos anos.



Roosevelt Pimentel

Mário Couto acusa o governo de estar leiloando a floresta amazônica

Tião Viana apóia biocombustíveis, mas acolhe críticas

Embora seja um entusiasta do programa de biocombustíveis do governo, Tião Viana (PT-AC) também apóia críticas de acadêmicos e organizações sociais que temem um avanço exagerado das plantações de cana-de-açúcar ou milho – principais fontes do biocombustível – em terras agricultáveis, reduzindo a produção de outros alimentos.

– Sou franco defensor do etanol, mas é necessário aprofundar

mais essa discussão – admitiu o senador, que apoiou propostas de Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre criação de uma comissão do Senado para acompanhar o assunto e sobre a discussão de um marco regulatório para o setor.

Tião Viana disse acreditar que o biocombustível pode se tornar uma excelente alternativa de energia limpa e abrir possibilidades de desenvolvimento social para países pobres.



Leopoldo Silva

Viana: Lula garantiu que produção do etanol só ocupará 1% das terras agricultáveis



Leopoldo Silva

Governo quer estatizar o setor de comunicação social, afirma Alvaro Dias

Alvaro questiona criação de TV pública por medida provisória

O real interesse do governo ao criar a TV pública por meio de medida provisória foi questionado por Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Os concessionários de emissoras de rádio e televisão devem colocar as barbas de molho porque Hugo Chávez começou assim e acabou por fechar a maior emissora privada de televisão da Venezuela – afirmou.

A tentativa do governo de “supostamente estatizar o setor de comunicação social”, conforme sugeriu o senador, pode ser constatada, a seu ver, pela manifestação da Executiva Nacional do PT em relação à necessidade de que sejam revistos os critérios de outorga e concessão, pelo Congresso, de emissoras de rádio e TV. O senador questionou ainda o anúncio pelo governo dos nomes que irão integrar a TV pública, já que a MP de criação da emissora ainda não foi enviada ao Congresso.

Virgílio aplaude inauguração do canal Record News

A pedido do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o Senado encaminhará voto de aplauso à TV Record pela inauguração do canal Record News, o primeiro canal só de notícias da TV aberta brasileira. O sinal da emissora, no ar a partir das 20h de ontem, pode ser captado pelos canais 42 (UHF), 93 (Net Digital) ou 20 (TVA).

– O país é o maior vitorioso com essa iniciativa. Mais notícia, mais informação, mais debate, mais interação com o telespectador: tudo isso eu vejo que está no projeto da Record – afirmou.

Em nome da Mesa, Efraim Moraes (DEM-PB) associou-se ao voto de aplauso e opinou que quem mais ganhará com o canal Record News será a democracia brasileira. A estréia do canal Record News coincide com o 54º aniversário da TV Record.

Representantes de produtores afirmam na Comissão de Educação que os custos da meia-entrada em espetáculos não podem ser arcados pela indústria cultural e pelos artistas

Comissão pede à PF que investigue falsificação de carteira estudantil

A Comissão de Educação (CE) já enviou ofício à Polícia Federal para que a falsificação de carteiras de estudantes seja investigada em todo o Brasil, disse ontem o senador Flávio Arns (PT-PR), durante audiência pública. Ele afirmou que as denúncias apresentadas



Cristovam Buarque (3º à direita) comanda audiência pública na CE

em reunião anterior mostram que a falsificação de carteiras estudantis é um crime organizado nacionalmente e, por isso, de competência da PF.

Na audiência promovida ontem em conjunto pela CE e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, representantes de produtores e artistas ressaltaram que os custos do benefício da meia-entrada para estudantes e idosos não podem ser arcados pela indústria cultural e pelos artistas.

O debate foi realizado com o objetivo de discutir o projeto de lei (PLS 188/07) de autoria de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns e Demostenes Torres

(DEM-GO) que dispõe sobre esse benefício. Arns disse que, com o fim das carteiras falsas e o estabelecimento de cotas, a solução poderá ser encontrada. Lembrou que muitos espetáculos recebem financiamentos pela legislação de incentivo à cultura.

Compensação

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos (Abrape), Lúcio dos Santos Oliveira, defendeu a garantia de compensações financeiras ou subsídios do governo para cobrir os custos dos descontos.

Já o presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), Paulo Roberto Barbosa Ramos, disse que a nova legis-

lação precisa estabelecer uma norma para que o número de ingressos com meia-entrada para as categorias favorecidas com o desconto limite-se à cota de 40%.

Por sua vez, o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Thiago Franco Batista de Oliveira, defendeu a meia-entrada como parte do incentivo também à educação. Ele afirmou que a MP 2.208/01 desorganizou a emissão de carteiras, favorecendo a falsificação.

O ator e produtor teatral Odilon Wagner assinalou que ninguém é contra a meia-entrada, mas observou que ninguém quer pagar os custos desse desconto.

A coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), Cristina Saraiva, elogiou a iniciativa dos senadores de submeter o projeto de lei a debate entre artistas, produtores e outros segmentos envolvidos na questão.

Anistiados dizem que órgãos rejeitam reintegração

Participantes de audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) denunciaram o não-cumprimento, por órgãos da administração pública, de determinação do presidente Lula de reintegrar os servidores demitidos no governo Collor e, depois, anistiados. Eles informa-



Ex-servidores dizem que seus direitos esbarram na burocracia

ram que a Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída para analisar os pedidos de anistia, cria impedimentos.

O representante jurídico dos anistiados, Ulisses Borges, disse que, embora haja interesse do governo na reintegração, aspectos burocráticos impedem tal medida. Segundo ele, a CEI dificulta a reintegração por entender que esses trabalhadores utilizaram os programas de demissão voluntária (PDVs) de seus órgãos e, por isso, não têm direito à anistia. O

advogado explicou que a anistia desses funcionários demitidos é de 1992 e os PDVs só surgiram em 1996.

Ulisses Borges informou também que, por meio do Decreto 6.077/07, o presidente Lula determinou que o Ministério do Planejamento encaminhe os anistiados a seus órgãos de origem. No entanto, explicou, esses órgãos adotam a interpretação da CEI e não aceitam a reintegração. O assessor especial da pasta do Trabalho, Mário Barbosa,

afirmou que o ministro Carlos Lupi determinou que sua equipe estude a situação dos anistiados, bem como examine a legislação em relação ao assunto para que esses demitidos voltem ao trabalho. Barbosa assegurou que o ministério vai acompanhar o andamento do caso junto à CEI e que vai tomar

todas as providências para reestabelecer a justiça em relação aos demitidos.

Os anistiados estão acampados em frente ao Ministério do Planejamento há 38 dias, disse o representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep-DF). O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), João Luiz Batista, pediu que os parlamentares defendam os anistiados junto à Presidência da República e ministérios.



Debatedores defendem em audiência na CDH proposta de Paulo Paim (2º à esquerda)

Movimentos reivindicam aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Participantes de movimentos de defesa da igualdade pediram ontem, em audiência pública no Senado, a aprovação do projeto que institui o Estatuto da Igualdade Racial, bem como da proposta que fixa cotas em instituições federais de ensino superior. Ambas as matérias tramitam na Câmara.

A audiência, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual o senador Paulo Paim (PT-RS) é presidente, também contou com a presença de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Vários integrantes desses movimentos protestaram contra a forma como foram recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Segundo afirmaram, Chinaglia não lhes teria permitido se manifestar em sua presença. Paim, que acompanhou o grupo nessa visita, declarou que o incidente

“é lamentável”.

Após a audiência na comissão, os representantes dos movimentos se encontraram com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a quem entregaram um abaixo-assinado que solicita a aprovação das duas proposições e que teria cerca de 100 mil assinaturas.

O projeto de estatuto, de autoria de Paim, tramita na Câmara sob a forma do PL 6.264/05 e institui ouvidorias para recebimento de denúncias de discriminação e cria o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A outra matéria (PL 73/99, na Câmara), da deputada Nice Lobão (DEM-MA), obriga as instituições federais de ensino superior a reservar 50% das vagas, a cada vestibular, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, seria dada preferência a alunos que se declararem negros ou índios.

Paim cobra a readmissão de anistiados e defende projetos

Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a reintegração dos funcionários de empresas públicas que foram demitidos no governo Collor (1990-1992) e ainda não conseguiram retornar aos seus cargos, embora tenham sido anistiados. O senador disse que pretende encaminhar um requerimento de informações ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, questionando a morosidade que impede o retorno desses servidores. O requerimento tem que ser aprovado pelo Plenário.

– Eles foram anistiados, a lei existe, uma série de decretos do presidente Lula foi no mesmo sentido, só que grande parte deles ainda não conseguiu voltar às suas empresas de origem ou mesmo para outras áreas do serviço público. Eles não querem emprego, querem é trabalhar. Não é aquela história de “quero um emprego”.

Querem é trabalho, trabalho com dignidade – enfatizou.

Paim destacou ainda a audiência pública que reuniu, na CDH, representantes de entidades favoráveis à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria. A matéria já foi acolhida no Senado e tramita atualmente na Câmara dos Deputados.

O senador lembrou que o projeto na Câmara, da deputada Nice Lobão que obriga as instituições federais de ensino superior a reservar 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública também foi defendido na audiência pública.

– O projeto contempla a nossa posição em relação a uma política de inclusão de pobres, de índios e de negros nas universidades, esses principalmente oriundos das escolas públicas – afirmou.

Diplomata prevê novo impulso nas relações com a República Tcheca

A visita prevista do presidente Lula a Praga e a abertura, naquela cidade, de uma exposição sobre a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek, descendente de tchecos, deverão representar um novo impulso nas relações bilaterais entre a República Tcheca e o Brasil em 2008. A previsão foi feita pela embaixadora designada para aquele país, ministra de primeira classe Leda Lúcia Martins Camargo, cuja indicação recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em sua exposição, a diplomata lembrou que a República Tcheca exercerá a presidência da União Européia em 2008 e ressaltou o alto crescimento econômico atual do país, de aproximadamente 6% ao ano. Mais de 1.200 empresas estrangeiras instalaram sedes regionais européias em Praga, informou Leda Camargo, cuja indicação foi relatada pelo senador

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O momento atual, opinou ela, seria indicado para o aumento da presença de empresas brasileiras.

Honduras

Também recebeu parecer favorável da CRE a mensagem presidencial de indicação do ministro de primeira classe Brian Michael Fraser Neele para o cargo de embaixador brasileiro em Honduras. A mensagem foi relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Neele recordou o centenário das relações diplomáticas entre as duas nações, celebrado no ano passado. Lembrou ainda que o governo hondurenho apóia o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O indicado frisou ainda a possibilidade de se utilizar o território hondurenho como plataforma de exportação para os mercados da América Central, do México e dos Estados Unidos.



Ao lado de Heráclito Fortes (D), presidente da CRE, Hugo de Zela fala sobre reconstrução

Embaixador do Peru agradece apoio a vítimas de terremoto

O embaixador do Peru no Brasil, Hugo de Zela, compareceu ontem à Comissão de Relações Exteriores para agradecer ao governo brasileiro o apoio oferecido às vítimas do terremoto que atingiu o país há um mês. O requerimento para a realização da audiência pública foi apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Segundo o embaixador, mais de 500 pessoas morreram por causa do terremoto, que alcançou 7,9 graus na escala Richter e teve seu epicentro a 60 quilômetros a oeste da cidade de Pisco. A maior preocupação do governo peruano no momento, disse, é com a reconstrução de moradias para os desabrigados, já que mais de 70 mil casas foram destruídas.

A embaixada peruana em Brasília recebeu doações de aproximadamente R\$ 20 mil, segundo o embaixador. O consulado peruano em São Paulo, por sua vez,

recebeu R\$ 50 mil. Além disso, acrescentou, o governo brasileiro enviou a Lima três toneladas de medicamentos e 16 toneladas de alimentos. Hugo de Zela destacou ainda a visita do ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao local do acidente.

Mesquita Júnior anunciou que vai sugerir ao Parlamento do Mercosul o estabelecimento de um organismo regional de auxílio a países em situação de emergência, como a ocorrida no Peru.

Venezuela

A CRE aprovou requerimento de Heráclito Fortes (DEM-PI) para que o ex-embaixador Rubens Barbosa fale sobre o pedido de adesão da Venezuela ao Mercosul. O senador leu ainda carta enviada pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, em que ela apresenta documento, firmado por governadores do Norte e do Nordeste, favorável à rápida aprovação da adesão da Venezuela.

Pela proposta do senador, novos procedimentos para avaliar autoridades incluem dados sobre a evolução patrimonial dos indicados pelo presidente da República

Maciel quer alterar exame da indicação de autoridades

Marco Maciel (DEM-PE), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), está propondo uma revisão das regras que o colegiado segue atualmente para apreciar indicações de autoridades feitas pelo presidente da República, entre as quais ministros para os tribunais superiores e o procurador-geral da República.

O objetivo é tornar as sabbatinas mais eficazes na avaliação das qualificações dos candidatos para os cargos que deverão ocupar. Para isso, Maciel designou um grupo de senadores com a tarefa de consolidar sugestões sobre o tema e apresentar um projeto de resolução da CCJ com as mudanças.

– As comissões da Casa se vêm, com frequência, diante da exigência constitucional e legal de sabbatinar pessoas indicadas para o exercício de relevantes funções



Jefferson (E) foi um dos escolhidos por Maciel para consolidar sugestões

públicas, processo atualmente cercado de questionamentos sob a alegação de que essas sabbatinas têm sido feitas de forma aligeirada, sem avaliar adequadamente o desempenho dos indicados – justificou Marco Maciel.

Na reunião da CCJ de quarta-feira, o presidente da comissão distribuiu a todos os integrantes do colegiado um conjunto de soluções para os novos procedimentos. Uma delas diz respeito à previsão para que, nas informações que devem ser encaminhadas à co-

missão, sejam incluídas declarações da pessoa designada e de seu cônjuge sobre a evolução de seu patrimônio.

Conforme a proposta do senador pernambucano, as argüições dos indicados serão feitas em duas etapas. Na primeira, não será exigida a presença do indicado e o relator terá a possibilidade

de recomendar que sejam apresentadas ao Senado informações adicionais. Depois, o relatório será discutido e votado. Na segunda etapa, o indicado enfrentará a sabbatina.

A expectativa de Maciel é de que, em até 15 dias, a CCJ já possa dispor das novas regras. No entanto, observou que esse não é um prazo rígido, pois considera como mais importante “sentir a Casa” e colher, da experiência de todos, o máximo de indicações das falhas dos procedimentos atuais.

Cazaquistão e Brasil estreitam laços diplomáticos

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, que está em visita oficial ao Brasil. Ele foi recebido com honras na entrada principal do Congresso Nacional e conversou por alguns minutos com senadores brasileiros no Salão Nobre. Renan e Nazarbayev demonstraram otimismo quanto ao estreitamento das relações entre os dois países após a visita da comitiva oficial do Cazaquistão. Também presenciaram o encontro os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), José Nery (PSOL-PA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Questionado pelo presidente do Cazaquistão, Renan fez um breve relato sobre a história do Senado e explicou como ocorre a sucessão dos presidentes da Casa. Nazarbayev destacou a importância da cooperação interparlamentar entre os países e convidou os senadores brasileiros a visitarem o país asiático. Ele observou que a visita ao Brasil está sendo frutí-



Renan recebe o presidente do Cazaquistão e sua comitiva na primeira visita ao país

fera com relação a acordos como o que deve acabar com a necessidade de vistos para passaportes oficiais e diplomáticos brasileiros no Cazaquistão.

Nazarbayev disse que seu país apóia o pleito do Brasil para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas e agradeceu o apoio do governo brasileiro quanto à entrada do Cazaquistão na Organização Mundial do Comércio (OMC). Já o presidente do Senado afirmou que o Cazaquistão precisa estabelecer uma embaixada no Brasil, que tem embaixada na capital daquele país, Astana, desde

2006. Renan ainda explicou aos visitantes a disposição dos prédios governamentais na Esplanada dos Ministérios e, logo depois, Nazarbayev e comitiva foram visitar a Câmara dos Deputados.

Nascido em 1940, Nursultan Nazarbayev foi eleito em 1991 presidente da República do Cazaquistão. Em 1995, seu mandato foi estendido até 2000 por meio de referendo popular. Em 1999 e 2005 foi reeleito presidente, e seu mandato vai até 2012. A visita do presidente cazaque é a primeira de um chefe de Estado de país da Ásia Central à América do Sul.

Sessão especial homenageia mulheres que atuam no setor e destaca necessidade de mais igualdade e justiça social para essas trabalhadoras

Senado comemora Dia Mundial do Turismo

O Senado realizou ontem sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Turismo. A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que afirmou sempre ter tido consciência da importância do setor para o crescimento econômico do país. O presidente atribuiu essa consciência ao fato de ser originário de Alagoas, um estado com “inegável vocação turística”.

A ministra do Turismo, Marta Suplicy, informou que o presidente Lula deverá encaminhar nesta semana ao Congresso o projeto da Lei Geral do Turismo, que estabelecerá os marcos legais para a atuação do governo federal no desenvolvimento do setor.

A mesa da sessão foi composta por Marta Suplicy; pela presidente da Embratur, Jeanine Pires; pela presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia Vânia; pela presidente da Comissão de Turismo da Câmara, deputada Lídice da Mata (PSB-BA); pelo presidente da Câmara Empresarial de Turismo, Norton Luiz Lenhart; e pelos vice-presidentes da Caixa Econômica, Fábio Lenza, e do Banco do Brasil, Maguito Vilela.

Lúcia Vânia, primeira subscritora do requerimento que determinou a realização da sessão especial, homenageou as mulheres que trabalham no setor e destacou a importância da luta por mais igualdade e justiça social para as trabalhadoras.



Fotos: Célio Azevedo

Plenário do Senado: mesa da sessão especial contou com a presença da ministra Marta Suplicy, que anunciou a chegada nesta semana ao Congresso da Lei Geral do Turismo

RENAN CALHEIROS



Potencial precisa ser explorado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, citou os milhares de quilômetros de litoral do país e as belezas do Pantanal e da Amazônia, assinalando que, durante longo tempo, acreditou-se que somente isso bastaria para trazer turistas ao Brasil, enquanto países como a Espanha transformavam o turismo em alavanca para seu crescimento.

LÚCIA VÂNIA



Congresso procura cumprir seu papel

“O Poder Legislativo hoje se ocupa dos temas relativos ao turismo como nunca o fez”, afirmou a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

– O Congresso tem o compromisso de propor, apreciar e votar medidas que estimulem efetivamente o turismo. Tanto a Câmara quanto o Senado têm procurado empenhar-se nesse sentido – disse ela.

SERYS SLHESARENKO



Mulheres sofrem com informalidade

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que, entre as mulheres que trabalham no turismo, 11,2% ainda não são remuneradas, contra 3% de homens que estão na mesma situação. Observou também que a informalidade atinge mais as mulheres, que representam 40,1% dos trabalhadores sem carteira assinada.

MARTA SUPLICY



Ministra destaca plano para o setor

O recente lançamento do Plano Nacional do Turismo, que contém metas para o setor até 2010, foi destacado pela ministra do Turismo, Marta Suplicy. O plano, informou, tem por objetivo fortalecer o mercado interno e promover a inclusão social, “passando pela qualificação, investimentos em infra-estrutura, promoção e geração de emprego e renda”.

ROSALBA CIARLINI



Turismo é atividade sociocultural

“Não podemos esquecer que temos no país, em cada região, algo de nossa História, de nossos valores, e isso precisa ser divulgado no Brasil”, observou Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Segundo a senadora, o momento é propício para reafirmação do turismo como atividade sociocultural capaz de contribuir para o desenvolvimento da nação.

ADELMIR SANTANA



No mundo, setor gera US\$ 5 trilhões

O turismo é, segundo Adelmir Santana (DEM-DF), um segmento da economia que movimenta mais dinheiro que a indústria automobilística ou a de telecomunicações.

O senador destacou que, atualmente, cerca de 800 milhões de pessoas viajam no mundo, o que movimenta cerca de US\$ 5 trilhões, gerando 180 milhões de postos de trabalho.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES



Brasil não é dos mais visitados

Observando que o Brasil nem sequer está entre os 25 países mais visitados, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a adoção de uma política para impulsionar o turismo no Brasil.

Para o senador, a atividade deve ser encarada pelo governo como prioritária dentro da economia, uma vez que distribui renda e gera empregos.

FLEXA RIBEIRO



Atividade ainda engatinha no país

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) citou estudo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para afirmar que a atividade ainda “engatinha no país”, gerando somente R\$ 24,5 bilhões ao ano.

– Esta sessão tem também o objetivo de que seja dado ao turismo todo apoio necessário para sair dessa situação – disse o senador.